



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete do Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO

A C Ó R D ã O

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000399-16.2009.815.0941 – Comarca de
Água Branca

RELATOR : O Exmo. Des. Arnóbio Alves Teodósio
APELANTE : Antônio Maximiano da Silva
ADVOGADOS : Tiago Salviano Cruz e João Gustavo Pereira de Andrade
APELADA : A Justiça Pública

APELAÇÃO CRIMINAL. ESTELIONATO EM CONCURSO MATERIAL. Artigo 171, *caput*, do Código Penal. Redução da pena-base Inaplicabilidade ao caso concreto. Incidência da atenuante da confissão espontânea. Viabilidade. Redimensionamento da pena. Prescrição da pretensão punitiva de ofício. **Decretação ex officio.**

- Inexiste exacerbação da pena-base fixada apenas em 01 (um) ano e 06 (seis) meses acima da média aritmética da reprimenda prevista para o crime, se o *quantum* foi dosado após esmerada análise das circunstâncias judiciais.

- Quando o réu confessa a prática do delito, ainda que de forma parcial ou alega alguma excludente em seu benefício, faz jus à aplicação da atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea "d" do Código Penal.

- Após a redução da reprimenda, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, restando extinta a punibilidade do agente, nos termos do art. 107, IV, do CP

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados.

Acorda a Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, em **DECLARAR, DE OFÍCIO, A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, PELA PRESCRIÇÃO**, em harmonia com o parecer ministerial.

RELATÓRIO

Na Comarca de Água Branca, Antônio Maximiano da Silva, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso na sanção do art. 171, *caput*, do Código Penal, porque, segundo a prefacial acusatória (fls. 02/04):

"...Das peças de informação infere-se que em meados do último semestre o denunciado apareceu na cidade de Imaculada, entrando em contato com vários aposentados da localidade, dizendo-se passar por representante bancário de uma instituição financeira conhecida como "Porto de Pernambuco".

Ao se apresentar aos aposentados, idosos e de pouca instrução, o denunciado afirmava que os aposentados poderiam celebrar uma proposta de empréstimo no valor de R\$ 15.000,00 com a instituição financeira, a serem pagos em até dezoito anos. Ao se apresentar, o denunciado induzia os aposentados a assinarem uma série de papéis e documentos, que ficavam em seu poder.

Posteriormente, o réu retornava a entrar em contato com os aposentados, dizendo que o empréstimo havia sido aprovado, mas que era necessário um "depósito inicial". Nesse momento o increpado levava os aposentados até a cidade de Patos, onde era contraído um empréstimo mediante desconto em folha. Dias depois, o denunciado retornava à casa dos aposentados onde entregava a eles uma "parte do empréstimo de R\$ 15.000,00", dizendo 'que o resto seria depositado posteriormente, fato que nunca ocorria.

Ouvido pela autoridade policial o denunciado não nega a imputação. Afirma que é correspondente bancário do banco BMG. Diz que agia da seguinte forma: se apresentava aos aposentados como correspondente de uma pequena financeira chamada Porto de Pernambuco, apresentando a proposta de um empréstimo no valor de até R\$ 15.000,00, a serem pagos em 18 anos, a juros mensais de 3 a 4%, devendo os idosos darem como garantia em alienação, o imóvel. Como os imóveis em questão não tinham documentos oficiais, fazia-se um empréstimo consignado para "regularizar" os imóveis em questão. Ocorre que, conforme indica o próprio denunciado, a empresa Porto de Pernambuco nunca existiu; na verdade, trata-se de um agiota conhecido apenas como "Carlos Baiano", residente em Salvador, que seria a "empresa". De mais a mais os empréstimos obtidos para a "regularização" dos imóveis eram desviados ao próprio denunciado.

Na realidade, ao que se deduz do inquérito, o denunciado além de lesar os aposentados mediante o célebre estelionato em empréstimos consignados, ainda "contraía empréstimo" junto a um agiota, utilizando-se dos aposentados. A apuração policial dá conta de pelo menos, cinco pessoas que foram lesadas pelo réu.

De tal sorte, observando os elementos constantes do inquérito policial, estão satisfatoriamente preenchidos os requisitos de autoria e materialidade para embasar o oferecimento da denúncia.

Assim agindo, praticou o denunciado a conduta tipificada no art. 171, caput, do Código Penal, vez que obteve vantagem ilícita para si, em prejuízo das vítimas induzindo-as erro mediante meio fraudulento.(...) - sic."

Denúncia recebida em 09 de setembro de 2009 (fl. 43).

Finda a instrução criminal, o douto juiz primevo julgou procedente a denúncia e condenou o denunciado à reprimenda definitiva de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, no regime inicial aberto, e 20 (vinte) dias-multa, estes no valor unitário mínimo de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos (fls. 213/225). A sanção corporal foi substituída por duas restritivas de direitos, devido ao preenchimento do art. 44 do CP.

À fl. 235, os advogados Tiago Salviano Cruz e João Gustavo Pereira de Andrade interpuseram recurso de apelação criminal (equivocadamente nomearam como razões de recurso) em favor do sentenciado, a qual foi protocolizada em 18/11/2015.

Em suas razões, acostadas às fls. 237/247, o apelante pugna pela redução da reprimenda fixada na sentença, com a redução da pena-base para o mínimo legal e aplicação da atenuante prevista no art. 65, bem como a diminuição da prestação pecuniária para 05 (cinco) salário-mínimos.

Contrarrazões ministeriais às fls. 254/260, rebatendo os argumentos defensivos e rogando pela confirmação da sentença condenatória em todos os seus termos.

Instada a se manifestar, a Procuradoria de Justiça, através de parecer subscrito pelo Dr. Francisco Sagres Macedo Vieira, opina pelo provimento do apelo para que a pena seja reduzida para 02 (dois) anos, e de ofício, seja declarada extinta a punibilidade (fls. 276/288).

É o relatório.

VOTO: Exmo. Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO

(Relator)

Ab initio, conheço do recurso interposto, pois, presentes os requisitos de admissibilidade.

Antes de mais nada, é importante frisar que, no caso em comento, a materialidade e a autoria delitivas são irrefutáveis. Ademais, o apelante nada contesta nesse sentido, já que, conforme se evidencia de suas razões recursais, ele se insurge, apenas, contra o *quantum* da pena, pleiteando a redução da pena base para o mínimo legal, a incidência da confissão espontânea e a diminuição da pena pecuniária para 05 (cinco) salários-mínimos.

In casu, Antônio Maximiano da Silva foi condenado pela prática delitiva tipificada no art. 171, *caput*, do Código Penal, à pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, no regime inicial aberto, e 20 (vinte) dias-multa, estes no valor unitário mínimo de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos (fls. 213/225). A sanção corporal foi substituída por duas restritivas de direitos, devido ao preenchimento do art. 44 do CP.

A propósito, trago à colação, excerto da sentença primeva, *verbis* (fls. 213/225):

"A **culpabilidade** ressoa caracterizada e extreme de dúvidas, pois réu tinha plena consciência das condutas

*praticadas, bem como de sua consequência para as vítimas **(negativa)**. O acusado não registra **antecedentes**, sendo primário. Nada há nos autos a desabonar sua **personalidade** e **conduta social**. Não foi apresentado **motivo** para a prática do crime. As **circunstâncias**, o réu fazendo-se passar por agente bancário, aproveitava-se do fato das vítimas serem pessoas idosas e de baixa instrução **(negativa)**. As **consequências** do crime foram danosas, dado o grande prejuízo financeiro ocasionado às vítimas **(negativa)**. O comportamento das **vítimas** em nada influenciou na realização do crime.” *Negrito no original.**

O dispositivo em questão preconiza:

*"Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:
Pena - reclusão, de um ano a cinco anos, e multa.*

No caso vertente, infere-se dos autos que a pena-base foi corretamente aplicada na sentença, sendo satisfatoriamente justificado o seu aumento, pois que o douto sentenciante considerou circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, a destacar, a culpabilidade, as circunstâncias e as consequências, o que respalda o *quantum* fixado no *decisum*.

Assim, no atinente à exasperação da pena-base, verifico que a mesma foi aplicada corretamente até porque constata-se facilmente que a majoração da sanção-base teve como fundamento o fato de existir circunstâncias judiciais desfavoráveis, motivo esse que, por si só, já autoriza a fixação da pena em patamar acima do mínimo legal.

A propósito:

"(...) 2. As circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal, quando desfavoráveis, autorizam a fixação da pena-base em patamar acima do mínimo legal, bem como fixação do regime prisional fechado mais gravoso. (...)" (HC 140816 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 26/05/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-133 DIVULG 19-06-2017 PUBLIC 20-06-2017)

" A presença de apenas uma das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do Código Penal já é

motivo suficiente para que a pena-base não seja fixada no mínimo legal.” (STF, HC 107908, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 20/10/2011- aparte da ementa). Destaques nossos.

*"O Juiz tem poder discricionário para fixar a pena-base dentro dos limites legais, mas este poder não é arbitrário, porque o caput do art. 59 do Código Penal estabelece um rol de oito circunstâncias judiciais que devem orientar a individualização da pena-base, de sorte que, quando todos os critérios são favoráveis ao réu, a pena deve ser aplicada no mínimo cominado; entretanto, **basta que um deles não seja favorável para que a pena não mais possa ficar no patamar mínimo**" (RTJ 176/743). Grifei.*

Nesse diapasão, a penalidade básica restou fixada em patamar justo e proporcional à conduta delituosa praticada, isto é, em **02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.**

A segunda fase do procedimento permaneceu inalterada, porém, requer o apelante, a incidência da atenuante da confissão espontânea. Razão lhe assiste.

Com efeito, constata-se nos autos que o magistrado *a quo* utilizou a confissão do acusado perante a autoridade policial e parcial, em juízo, com um dos fundamentos para condená-lo.

Deste modo, incide no presente caso a Súmula 545 do STJ cujo enunciado é o seguinte: *"Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."*

Destarte, a confissão qualificada não obsta a incidência da atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal.

Com efeito, o réu que confessa a prática do delito, ainda que de forma parcial ou alegue alguma excludente em seu benefício, faz jus à aplicação da atenuante.

Nesse sentido:

"...2. Nos moldes da Súmula 545/STJ, no que se refere à segunda fase do critério trifásico, a atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida, ainda que tenha sido parcial ou qualificada, quando a

manifestação do réu for utilizada para fundamentar a sua condenação, o que se infere na hipótese dos autos..." **HC 346.941/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017**

" EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE FURTO - INVIABILIDADE - GRAVE AMEAÇA CONFIGURADA - REDUÇÃO DA PENA - NECESSIDADE - RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA - ADMISSIBILIDADE. Restando devidamente comprovadas a autoria e a materialidade delitiva do crime de roubo, em especial pelas palavras da vítima e demais provas orais, não há que se falar em absolvição por ausência de provas. O emprego de grave ameaça contra a vítima, com o intuito de diminuir a sua capacidade de resistência para consumir a subtração, caracteriza o crime de roubo e não o de furto. Constatado que a pena-base foi fixada de forma injusta, necessária é a sua redução. **Servindo a confissão do réu, seja ela integral ou parcial, para embasar o decreto condenatório, é de rigor a aplicação da atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal. (TJMG - Apelação Criminal 1.0629.15.005327-6/001, Relator(a): Des.(a) Paulo César Dias, 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 30/01/2018, publicação da súmula em 09/02/2018)**

Grifei em ambos.

Ademais, a confissão espontânea foi utilizada como elemento de convicção do magistrado para fundamentar sua decisão. Vejamos o trecho (fl. 77):

"Não bastasse o próprio acusado confessa a prática delitiva, apesar de que em alguns momentos tenta esquivar-se da responsabilidade criminal que lhe é imputada"

Assim, verifica-se a viabilidade da aplicação da atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal.

Portanto, redimensionada a pena, reduzo a sanção em 06 (seis) meses e 10 (dez) dias-multa, tendo em vista a configuração da

atenuante da confissão espontânea, ficando subtotalizadas **em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa**, a qual torno definitiva diante a ausência de outras circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como causas de aumento e diminuição da pena.

Com a redução da reprimenda, ocorre a prescrição, uma vez que depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória para a acusação, regula-se pela pena concretamente aplicada.

Assim, verifica-se que o recorrente Antônio Maximiano da Silva foi condenado pelo crime de estelionato às penas de 02 (dois) anos e 10 (dez) dias multa. Ausente recurso da acusação.

Os delitos ocorreram em meados do último semestre de 2009, fls. 02/04. A **denúncia foi recebida em 09 de setembro de 2009** – fl. 43. Não houve suspensão do processo e/ou do curso do prazo prescricional. A **publicação da sentença penal condenatória se deu em 14/08/2015**, fl. 225v.

Na forma dos arts. 109, inciso V, c/c o art. 110, § 1º, do CP (em face da pena imposta), o **prazo prescricional**, na espécie, em relação **ao crime de estelionato é de 04 (quatro) anos**.

Portanto, se da data do recebimento da denúncia até a da publicação da sentença penal condenatória, transcorreu lapso temporal superior a quatro anos – a extinção da punibilidade do apelante, em face da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa, é medida que se impõe.

Ante o exposto, em harmonia com o parecer ministerial, **DE OFÍCIO, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE, PELA PRESCRIÇÃO**.

É como voto.

Presidiu o julgamento, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva, decano no exercício da Presidência da Câmara Criminal, dele participando os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Arnóbio Alves Teodósio, Relator, e Marcos William de Oliveira (Juiz de Direito convocado até o preenchimento da vaga de Desembargador), revisor. Ausente justificadamente o Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho.

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor José Roseno Neto, Procurador de Justiça.

***Sala de Sessões da Câmara Criminal
"Desembargador Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho" do Egrégio
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de
junho de 2018.***

**Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO
RELATOR**